

---

Coleção  
REPERCUSSÕES DO

**v.13**

**NOVO  
CPC**

Coordenador geral  
**FREDIE DIDIER JR.**

---



**PROCESSO  
PENAL**

Coordenadores  
**ANTONIO DO PASSO CABRAL**  
**EUGÊNIO PACELLI**  
**ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**2016**



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: [fale@editorajuspodivm.com.br](mailto:fale@editorajuspodivm.com.br)

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

---

P963      Processo Penal / coordenadores, Antonio do Passo Cabral, Eugênio Pacelli e Rogerio Schietti Cruz – Salvador: Juspodivm, 2016.

560 p. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 13; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores

ISBN 978-85-442-1216-5

1. Direito Processual Penal. I. Cabral, Antonio do Passo. II. Pacelli, Eugênio. III. Cruz, Schietti Rogerio. IV. Título.

CDD 341.43

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## Capítulo 1

<b>A regra do contraditório no Novo Código de Processo Civil e sua “possível” influência no Direito Processual Penal .....</b>	<b>19</b>
<i>Denis Sampaio</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. O CONTRADITÓRIO NO ATUAL CPP .....	20
3. A REGRA DO CONTRADITÓRIO NO NCPC.....	21
4. A VISÃO CLÁSSICA DO PRECEITO JURISDICIONAL A PARTIR DA COLABORAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO PENAL.....	26
5. EFETIVA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES PROCESSUAIS COMO NECESSÁRIA ALTERNÂNCIA DA CULTURA PROCESSUAL PELO MÉTODO DO CONTRADITÓRIO.....	28
6. O RESULTADO DO ESFORÇO ENTRE A PRODUÇÃO DE EFEITOS – O DIREITO À PROVA NO PROCESSO PENAL.....	35
7. UM EXEMPLO DE TENTATIVA DE VALORIZAÇÃO AO EQUILÍBRIO DAS PARTES NO DIREITO CONTINENTAL – A ATUAÇÃO DEFENSIVA PARA A DESCOBERTA DAS FONTES DE PROVA.....	37
8. AINDA COMO RESULTADO, O RECONHECIMENTO JUDICIAL DO CONTRADITÓRIO .....	39
9. CONCLUSÃO: A ANÁLISE DA REGRA DO CONTRADITÓRIO PARA O PROJETO DE REFORMA DO CPP .....	42
10. BIBLIOGRAFIA.....	44

## Capítulo 2

<b>Sobre a compatibilização da ampla defesa, do nemo tenetur se detegere, da boa-fé objetiva, do devido processo legal (penal) em prazo razoável e da cooperação – Influências principiológicas da Constituição da República e do Novo CPC no processo penal..</b>	<b>49</b>
<i>Douglas Fischer</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	49
2. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO ORDENADORES E DIRIGENTES DE AÇÕES AO LEGISLADOR E AOS LEGISLADOS.....	50
3. A INTERLIGAÇÃO DE PRINCÍPIOS E REGRAS ENTRE OS RAMOS DE PROCESSO, SEM QUE ISSO IMPORTE NA CRIAÇÃO DE UMA TEORIA GERAL. ASPECTOS PONTUAIS QUE MERECEM COMPREENSÃO SISTÊMICA.....	51
4. O DEVIDO PROCESSO LEGAL .....	52
5. A BOA-FÉ OBJETIVA E O PROCESSO PENAL.....	56
6. O DEVER DE COOPERAÇÃO E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	61
7. O NEMO TENETUR SE DETEGERE. ALCANCE DE SUA COMPREENSÃO .....	62
8. CONCLUSÕES.....	64

## Capítulo 3

<b>A construção de um processo penal cooperativo e a instalação do contraditório como direito de influência – aplicabilidade dos arts. 6º e 10 do novo Código de Processo Civil....</b>	<b>67</b>
<i>Franklyn Roger Alves Silva</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	67

## SUMÁRIO

2.	APLICAÇÃO DO NOVO CPC AO PROCESSO PENAL – A NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE UM SISTEMA PROCESSUAL COM PONTOS SEMELHANTES .....	69
3.	A COOPERAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO PENAL – ART. 6º DO CPC/2015 .....	72
4.	A EMENDATIO LIBELLI E OPORTUNIDADE DE CONTRADITÓRIO – OS PARADIGMAS DOS ARTS. 9º E 10 DO CPC/2015 .....	77
5.	REFERÊNCIAS .....	80

**Capítulo 4****A cooperação jurídica internacional no novo Código de Processo Civil..... 83***Luiz Fernando Voss Chagas Lessa*

1.	INTRODUÇÃO.....	83
2.	GLOBALIZAÇÃO, SOBERANIA E JURISDIÇÃO.....	84
3.	CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO, COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E REGRAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NO DIREITO BRASILEIRO.....	89
4.	A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	97
5.	A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	98
6.	A RECUSA EM COOPERAR.....	104
7.	SOBRE OS DESTINATÁRIOS DAS REGRAS DE COOPERAÇÃO: COOPERAÇÃO JUDICIAL OU JURÍDICA. QUEM DEVE COOPERAR?.....	106
8.	O OBJETO DAS MEDIDAS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	110
	8.1. DO AUXÍLIO DIRETO .....	115
	8.2. DA CARTA ROGATÓRIA E DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA.....	120
9.	SOBRE A REPERCUSSÃO DAS REGRAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO PENAL .....	127
10.	CONCLUSÃO .....	135
11.	BIBLIOGRAFIA .....	136

**Capítulo 5****Acordos processuais no processo penal..... 149***Antonio do Passo Cabral*

1.	INTRODUÇÃO.....	149
2.	PREVISÃO DE INÚMERAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM DIVERSOS OUTROS ORDENAMENTOS JURÍDICOS .....	151
3.	CONVENCIONALIDADE EM CAMPOS DO DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO.....	154
4.	A TENDÊNCIA DE CONVENCIONALIDADE NO DIREITO PENAL E SANCIONADOR.....	158
5.	A POSSIBILIDADE DE NEGOCIAÇÃO EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	159
6.	AÇÕES COLETIVAS E TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA .....	161
7.	O NOVO CPC E OS MECANISMOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO DOS LITÍGIOS.....	163
8.	A DIFERENÇA ENTRE NEGÓCIOS PROCESSUAIS E NEGÓCIOS DE DIREITO MATERIAL. A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO NÃO IMPEDE A NEGOCIAÇÃO SOBRE O PROCESSO .....	164
9.	ALGUMAS DIFERENCIAÇÕES E ESBOÇO DE CRITÉRIOS PARA A CONVENCIONALIDADE: PROCESSO PENAL CONDENATÓRIO E NÃO CONDENATÓRIO, AÇÕES PENAS PÚBLICAS E AÇÕES PENAS PRIVADAS.....	165

## SUMÁRIO

10. A RESOLUÇÃO Nº 118/2014 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	168
11. CONCLUSÃO .....	171
12. BIBLIOGRAFIA.....	172

**Capítulo 6**

<b>Colaboração Premiada (Lei n. 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma – um diálogo com o Direito Processual Civil.....</b>	<b>179</b>
--	------------

*Fredie Didier Jr. e Daniela Bomfim*

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS .....	179
1.1. A TEORIA DO FATO JURÍDICO COMO UMA TEORIA PARCIAL DO DIREITO .....	179
1.2. SOBRE O CONCEITO DE NEGÓCIO JURÍDICO .....	181
1.3. SOBRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....	186
2. COLABORAÇÃO PREMIADA: NOÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA .....	188
3. SOBRE O JUÍZO DE HOMOLOGAÇÃO DA COLABORAÇÃO PREMIADA .....	195
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	195
3.2. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS.....	198
3.3. A RETRATABILIDADE DO NEGÓCIO .....	199
4. A POSSIBILIDADE DE CONTROLE DE VALIDADE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DO CONTRATO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....	203
5. A LEGITIMIDADE DE TERCEIROS EVENTUALMENTE ATINGIDOS PARA A PROPOSITURA DE DEMANDA DE CONTROLE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DA COLABORAÇÃO PREMIADA .....	209
6. O INTERESSE DE AGIR NA DEMANDA DE CONTROLE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DA COLABORAÇÃO PREMIADA .....	212
7. A INEXISTÊNCIA DE “PRECLUSÃO”, PELA NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO TERCEIRO, QUANTO AO DIREITO AO CONTROLE DE VALIDADE DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA .....	214
8. CONCLUSÕES.....	220

**Capítulo 7**

<b>Das medidas cautelares no processo penal: um esboço à luz do regramento da tutela provisória no novo CPC .....</b>	<b>223</b>
---	------------

*João Paulo Lordelo Guimarães Tavares*

1. O PROCESSO PENAL E A PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	223
2. DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO PENAL .....	226
3. DA TUTELA CAUTELAR NO PROCESSO PENAL: ASPECTOS GERAIS .....	227
4. DO PODER GERAL DE CAUTELA NO PROCESSO PENAL .....	229
5. DA TUTELA PROVISÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA AO PROCESSO PENAL.....	231
6. CONCLUSÃO .....	233
REFERÊNCIAS .....	234

<b>Capítulo 8</b>	
<b>Verdade judicial e sistema de prova no processo penal brasileiro .....</b>	<b>237</b>
<i>Eugênio Pacelli</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	257
<b>Capítulo 9</b>	
<b>Repercussões em matéria probatória do novo CPC no processo penal brasileiro .....</b>	<b>261</b>
<i>Américo Bedê Júnior</i>	
1. A CONDIÇÃO DE NORMAS HETEROTÓPICAS DO NOVO CPC. AS NORMAS RELATIVAS À PROVA DENSIFICAM DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A NECESSIDADE DE O PROCESSO PENAL POSSUIR, NO MÍNIMO, AS MESMAS GARANTIAS DO PROCESSO CIVIL .....	261
2. A UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO PENAL. O ÔNUS DINÂMICO DA PROVA E A AUSÊNCIA DE EXPLICAÇÃO ALTERNATIVA DO RÉU. O CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. AUXÍLIO DIRETO .....	263
3. EXAME DE CORPO DE DELITO E O NOVO CPC .....	270
4. PROVA TESTEMUNHAL E O NOVO CPC .....	272
5. DA NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO PENAL. O CONSENSO PRECISA SER DISCIPLINADO .....	274
<b>Capítulo 10</b>	
<b>A desconsideração da pessoa jurídica, seu tratamento no novo Código de Processo Civil e as medidas assecuratórias do código de processo penal.....</b>	<b>277</b>
<i>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA NO DIREITO ANTERIOR AO NOVO CPC .....	277
2. ORIGENS DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	278
3. A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NA LEGISLAÇÃO NACIONAL PRECEDENTE AO CC DE 2002 .....	282
4. EXCEPCIONALIDADE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA .....	286
5. UM ACÓRDÃO NOTÁVEL DO STF A RESPEITO DA MANUTENÇÃO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM RELAÇÃO A SEUS INTEGRANTES.....	289
6. REQUISITOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	290
7. DEFICIÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO PRÉVIA AO CC DE 2002.....	294
8. PROBLEMAS DO CC DE 2002 EM RELAÇÃO À DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA .....	296
9. OS AVANÇOS DO PROJETO DE NOVO CCOM.....	302
10. A QUESTÃO DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO .....	305
11. O NOVO CPC E O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	311
12. REPERCUSSÕES DA NOVA REGULAÇÃO PROCESSUAL DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO CAMPO DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS PREVISTAS NO CPP .....	319
13. CONCLUSÃO .....	323
14. BIBLIOGRAFIA .....	323
<b>Capítulo 11</b>	
<b>Dever de motivação das decisões judiciais no Novo Código de Processo Civil e reflexos na jurisdição criminal.....</b>	<b>327</b>
<i>Rogério Schietti Cruz</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	327

## SUMÁRIO

2.	SURGIMENTO MODERNO DO DEVER DE MOTIVAÇÃO .....	329
3.	EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DO TEMA NO BRASIL .....	330
4.	ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL À NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL .....	331
5.	FUNÇÕES PROCESSUAIS E EXTRAPROCESSUAIS DA MOTIVAÇÃO .....	334
6.	O CONTEÚDO DO DEVER DE MOTIVAÇÃO .....	338
7.	VÍCIOS DA DECISÃO .....	341
	REFERÊNCIAS .....	355

**Capítulo 12****Correlação entre acusação e sentença: releitura da emendatio libelli à luz do contraditório sobre as questões de direito, no novo Código de Processo Civil..... 357***Gustavo Badaró*

1.	INTRODUÇÃO.....	357
2.	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO .....	358
2.1.	CONTRADITÓRIO SOBRE QUESTÕES DE DIREITO .....	361
2.2.	O CONTRADITÓRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	366
3.	DA EMENDATIO LIBELLI NO PROCESSO PENAL .....	367
4.	DIVERSA DEFINIÇÃO JURÍDICA DOS FATOS E CONTRADITÓRIO SOBRE AS QUESTÕES DE DIREITO .....	369
5.	DIVERSA DEFINIÇÃO JURÍDICA DOS FATOS NO DIREITO COMPARADO .....	373
6.	DIVERSA DEFINIÇÃO JURÍDICA DOS FATOS NA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....	375
7.	CONCLUSÕES.....	378

**Capítulo 13****Medidas coercitivas e proporcionalidade: o caso WhatsApp ..... 379***Eduardo Talamini*

1.	INTRODUÇÃO.....	379
2.	MEIOS PROCESSUAIS DE COERÇÃO .....	380
3.	A ATUAL RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS COERCITIVAS.....	382
4.	O PODER DO JUIZ PARA DETERMINAR MEDIDAS COERCITIVAS.....	382
5.	OS LIMITES DA MEDIDA COERCITIVA – A PROPORCIONALIDADE.....	383
6.	A RATIO DOS ENUNCIADOS DO STF SOBRE COBRANÇA ADMINISTRATIVA INDIRETA .....	384
7.	O CARÁTER PRAGMÁTICO DA MEDIDA COERCITIVA .....	385
8.	O BLOQUEIO COMO SANÇÃO PUNITIVA: INAPLICABILIDADE AO CASO.....	386
9.	DESPROPORÇÃO AXIOLÓGICA E EXORBITÂNCIA SUBJETIVA.....	387
10.	NADA DE TUDO OU NADA.....	390
11.	O CONTRADITÓRIO E A EFICÁCIA ULTRA PARTES.....	391
12.	A (IN)EFICIÊNCIA DA MEDIDA.....	391
13.	O QUE PODERIA TER SIDO FEITO.....	392
13.1.	COERÇÃO PATRIMONIAL: DA VIRTUALIDADE À CONCREÇÃO .....	393
13.1.1.	A LEGITIMIDADE DA CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL IMEDIATA .....	394
13.1.2.	A COMPETÊNCIA PARA A CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL IMEDIATA.....	396

13.2. COMINAÇÃO DA MULTA À PESSOA DO ADMINISTRADOR DA EMPRESA.....	397
13.3. A COERÇÃO MEDIANTE PROPAGANDA: A OPINIÃO PÚBLICA COMO ALIADA.....	398
14. TERCEIROS REFÊNS.....	400
15. CONCLUSÃO.....	402

## Capítulo 14

### A fixação do valor mínimo da indenização cível na sentença condenatória penal e o novo CPC..... 403

*Antonio do Passo Cabral*

1. INTRODUÇÃO. INCIDÊNCIA MÚLTIPLA E SISTEMAS DE INTERFERÊNCIA ENTRE AS JURISDIÇÕES CIVIL E PENAL.....	403
2. OBJETIVO DA FIXAÇÃO DO MÍNIMO INDENIZATÓRIO NA ESFERA CRIMINAL: CELERIDADE. ALTERAÇÃO DO PAPEL DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	407
3. A QUANTIFICAÇÃO DO DANO COMO PODER-DEVER DO JUIZ, CONDICIONADO À EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES.....	408
4. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO. AMPLIAÇÃO LEGAL DA COGNIÇÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO SISTEMA ACUSATÓRIO OU À CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA.....	410
5. A PROTEÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL: VALOR MÍNIMO E RESTRIÇÃO DA COISA JULGADA.....	412
6. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO.....	415
7. INTERESSE RECURSAL NA APELAÇÃO.....	417
8. FIXAÇÃO EM CAPÍTULO PRÓPRIO DA SENTENÇA. CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DO VALOR.....	418
8.1. FIXAÇÃO NAS HIPÓTESES DE COAUTORIA. A DIFERENÇA DAS RESPONSABILIDADES CIVIL E PENAL....	419
8.2. CRIMES EM QUE O SUJEITO PASSIVO É O ESTADO. A EXECUÇÃO FISCAL E O CONCEITO DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA.....	421
8.3. A QUESTÃO DOS DANOS MORAIS.....	423
9. A QUESTÃO DOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA E A NOVA REGULÇÃO DO CPC/2015.....	425
10. CONCLUSÃO.....	427
11. BIBLIOGRAFIA.....	427

## Capítulo 15

### O Processo Penal e a nova disciplina da coisa julgada..... 431

*Alexandre Senra e Isac Barcelos Pereira de Souza*

1. INTRODUÇÃO.....	431
2. PREMISSAS.....	431
2.1. A COISA JULGADA COMO UMA SITUAÇÃO JURÍDICA.....	431
2.2. A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO REGRAMENTO DA COISA JULGADA PREVISTO NO CPC/15 AO PROCESSO PENAL.....	433
3. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO CPC/15 NA DISCIPLINA DA COISA JULGADA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO PENAL.....	434
3.1. MUDANÇA NA DEFINIÇÃO LEGAL DO CONCEITO DE COISA JULGADA MATERIAL E A CONSAGRAÇÃO DA COISA JULGADA PARCIAL.....	434
3.1.1. REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	436
3.2. ESCLARECIMENTO DE QUE SÓ HÁ COISA JULGADA EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES PRINCIPAIS EXPRES-SAMENTE DECIDIDAS.....	439



3.2.1.	REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	440
3.3.	INDISCUTIBILIDADE/IMUTABILIDADE DE DECISÕES QUE EXTINGUEM O PROCESSO, NO TODO OU EM PARTE, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.....	443
3.3.1.	REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	443
3.4.	COISA JULGADA RELATIVA A QUESTÕES PREJUDICIAIS INCIDENTAIS.....	444
3.4.1.	REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	446
3.5.	POSSIBILIDADE DE A COISA JULGADA BENEFICIAR TERCEIROS.....	449
3.5.1.	REPERCUSSÃO NO PROCESSO PENAL.....	450

## Capítulo 16

<b>Aplicação supletiva, subsidiária e residual do CPC ao CPP. Precedentes Normativos formalmente vinculantes no processo penal e sua dupla função. Pro futuro in malam partem (matéria penal) e tempus regit actum (matéria processual penal) .....</b>	<b>453</b>
---	------------

*Hermes Zaneti Jr.*

1.	AS PECULIARIDADES DO DIREITO PENAL E DO DIREITO PROCESSUAL PENAL: SISTEMA GARANTISTA E VEDAÇÃO AO JUÍZO POR ANALOGIA .....	453
2.	PRECEDENTES NÃO SERVEM PARA COMPLETAR O TRABALHO DO LEGISLADOR EM MATÉRIA PENAL E PROCESSUAL PENAL: PRINCÍPIO DA RESERVA DE CÓDIGO .....	458
3.	O CPC COMO LEI PROCESSUAL GERAL E NÚCLEO DO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO: APLICAÇÃO TRANSECTORIAL.....	460
4.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA, SUPLETIVA E RESIDUAL DO CPC AO CPP.....	461
5.	PRECEDENTES NORMATIVOS FORMALMENTE VINCULANTES NO PROCESSO PENAL E SUA DUPLA FUNÇÃO: PRO FUTURO IN MALAM PARTEM (MATÉRIA PENAL) E TEMPUS REGIT ACTUM (MATÉRIA PROCESSUAL PENAL).....	462
6.	MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE FORMA OU MODIFICA PRECEDENTE E DIFERENCIAÇÃO DOS CASOS REPETITIVOS COMO TÉCNICA DE DECISÃO .....	464
7.	CONCLUSÃO .....	465
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	466

## Capítulo 17

<b>Impactos do novo Código de Processo Civil nos recursos em processo penal .....</b>	<b>469</b>
---	------------

*João Guilherme Gualberto Torres e Marcellus Polastri Lima*

1.	INTRODUÇÃO.....	469
2.	BREVES ANOTAÇÕES SOBRE AS INOVAÇÕES DO NOVO CPC .....	471
3.	IMPACTOS DO NOVO CPC NOS RECURSOS EM PROCESSO PENAL.....	473
3.1.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	475
3.2.	APELAÇÃO .....	481
3.3.	RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO E O REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS.....	489
3.4.	OS RECURSOS CRIMINAIS EXCEPCIONAIS E A NOVA QUESTÃO: A EXECUÇÃO DA PENA APÓS A CONFIRMAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SEGUNDO GRAU.....	497
	CONCLUSÃO .....	503
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	504

**Capítulo 18****Notas sobre admissibilidade dos recursos excepcionais e sua aplicabilidade ao processo penal**.....**507***Danilo Knijnik e Gabriel Pintaúde*

1.	INTRODUÇÃO.....	507
2.	ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS .....	507
3.	DESCONSIDERAÇÃO DE “VÍCIOS FORMAIS NÃO GRAVES” .....	518
4.	ASSIMETRIA ENTRE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	520
5.	APLICABILIDADE DO REGIME AO PROCESSO PENAL.....	522

**Capítulo 19****Embargos de declaração no processo penal: breve ensaio sobre o (necessário) diálogo com o novo CPC**.....**525***Rodrigo Mazzei*

1.	OBJETO DO ESTUDO.....	525
2.	OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A CF/88 .....	526
3.	O CPC/15 COMO EIXO DO DIREITO PROCESSUAL: E A FORMAÇÃO DE SISTEMA MAIS COESO EM RELAÇÃO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	528
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCESSO PENAL.....	530
4.1.	RESENHA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CPP ATUAL.....	531
4.2.	PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....	532
5.	OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA LEGISLAÇÃO ATUAL E ALGUNS TEMAS IMPORTANTES.....	537
5.1.	NATUREZA JURÍDICA .....	538
5.2.	HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	539
5.3.	REJEIÇÃO LIMINAR.....	541
5.4.	PRAZO PARA MANEJO.....	543
5.5.	PRESERVAÇÃO DO PRAZO PARA OUTROS RECURSOS.....	550
5.6.	AMPLA EMBARGABILIDADE.....	551
6.	BREVE FECHAMENTO.....	553